

## Informativo Eletrônico IOB

### Imposto de Renda e Legislação Societária

5ª Semana de Julho/2025 - Nº 31

#### IOB Atualiza

##### Bacen

Procedimentos para a remessa de informações diárias ao Bacen referentes aos saldos contábeis de natureza ativa e passiva e ao volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia - Alterações \_\_\_\_\_ 01

##### Cofins/PIS-Pasep

Regimes tributário, cambial e administrativo das ZPE - Alterações - Medida Provisória nº 1.307/2025 \_\_\_\_\_ 01

##### IR

Acordo entre Brasil e Polônia para a eliminação da dupla tributação em relação aos tributos sobre a renda e a prevenção da evasão e da elisão fiscais - Aprovação \_\_\_\_\_ 01

Tributação dos rendimentos de aplicações financeiras - Alterações - Prorrogada a vigência da Medida Provisória nº 1.303/2025 \_\_\_\_\_ 02

##### ITR

DITR do exercício de 2025 - Disciplina \_\_\_\_\_ 03

##### Legislação Societária

Conselhos de administração de empresas públicas e sociedades de economia mista - Reserva de 30%, no mínimo, das vagas de membros titulares de seus conselhos de administração para mulheres - Disposições \_\_\_\_\_ 03

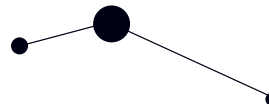
##### Simplex Nacional

Subvenções econômicas para custeio - Receita bruta - Esclarecimentos \_\_\_\_\_ 04

#### Principais Obrigações da Semana (28.07 a 03.08.2025)

##### Federal

- 31.07 - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWeb) - Entrega da DCTFWeb relativa aos fatos geradores de junho/2025 (Instrução Normativa RFB nº 2.237/2024, art. 6º, *caput*). Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º.01.2025, passaram a ser informados na DCTFWeb, entre outros, os seguintes tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB): a) IRPJ; b) IPI; c) IOF; d) CSLL; e) PIS/Pasep; f) Cofins; g) Cide-Combustíveis; h) Cide-Remessas (Instrução Normativa RFB nº 2.237/2024, art. 8º).
- 31.07 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Apuração mensal - Pagamento da CSLL devida, em junho/2025, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) por estimativa (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
- 31.07 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Apuração trimestral - Pagamento da 1ª quota da CSLL devida no 2º trimestre de 2025 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) com base no lucro real, presumido ou arbitrado (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
- 31.07 - Declaração de Operações Imobiliárias (DOI) - Entrega à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), pelos Cartórios de Notas, de Registro de Imóveis e de Registro de Títulos e Documentos, da DOI relativa às operações de aquisição ou alienação de imóveis realizadas em junho/2025 por pessoas físicas ou jurídicas (Instrução Normativa RFB nº 2.186/2024, art. 5º).
- 31.07 - Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie (DME) - Entrega da DME pelas pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil que, em junho/2025, tenham recebido valores em espécie cuja soma seja igual ou superior a R\$ 30.000,00, ou o equivalente em outra moeda, decorrentes de alienação ou cessão onerosa ou gratuita de bens e direitos, de prestação de serviços,



de aluguel ou de outras operações que envolvam transferência de moeda em espécie, realizadas com uma mesma pessoa física ou jurídica (Instrução Normativa RFB nº 1.761/2017, arts. 1º, 4º e 5º).

- 31.07 - Escrituração Contábil Fiscal (ECF) - Entrega da ECF relativa ao ano-calendário de 2024, por todas as pessoas jurídicas e equiparadas, inclusive imunes e isentas, sejam elas tributadas pelo lucro real, lucro arbitrado ou lucro presumido (art. 3º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 2.004/2021).

- 31.07 - Declaração País a País - Entrega da Declaração País a País por toda entidade integrante residente para fins tributários no Brasil que seja a controladora final de um grupo multinacional, relativa ao ano fiscal encerrado em 2024 (arts. 3º a 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.681/2016, combinado com o caput do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 2.004/2021).

- 31.07 - Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Fundos de Investimento Imobiliário - Pagamento do IRRF incidente sobre os lucros distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário a seus quotistas, apurados segundo o regime de caixa, com base em balanço ou balancete semestral encerrado em 30.06.2025 (art. 70, "c", da Lei nº 11.196/2005; art. 27, § 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.585/2015; Ato Declaratório Executivo Codar nº 15/2024, art. 2º, I) - Cód. Darf 5232.

- 31.07 - Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) - Carnê-leão - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre rendimentos recebidos de outras pessoas físicas ou de fontes do exterior em junho/2025 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 0190.

- 31.07 - Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) - Lucro na alienação de bens ou direitos - Pagamento, por pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, do Imposto de Renda devido sobre ganhos de capital (lucros) percebidos em junho/2025 provenientes de (art. 915 do RIR/2018): a) alienação de bens ou direitos adquiridos em moeda nacional - Cód. Darf 4600; b) alienação de bens ou direitos ou liquidação ou resgate de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira - Cód. Darf 8523.

- 31.07 - Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)-Quota - Pagamento da 3ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual relativa ao ano-calendário de 2024, acrescida da taxa Selic de junho/2025, mais 1% de juros - Cód. Darf 0211.

- 31.07 - Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados, bem como em alienação de ouro, ativo financeiro, fora de bolsa, em junho/2025 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 6015.

- 31.07 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - Apuração mensal - Pagamento do Imposto de Renda devido em junho/2025 pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do imposto por estimativa (art. 5º da Lei nº 9.430/1996).

- 31.07 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - Apuração trimestral - Pagamento da 1ª quota do Imposto de Renda devido no 2º trimestre de 2025 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral com base no lucro real, presumido ou arbitrado (art. 5º da Lei nº 9.430/1996).

- 31.07 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido sobre ganhos líquidos auferidos em junho/2025 por pessoas jurídicas, inclusive as isentas, em operações realizadas em bolsas de valores de mercadorias, de futuros e assemelhadas, bem como em alienações de ouro, ativo financeiro, e de participações societárias, fora de bolsa (art. 923 do RIR/2018).

- 31.07 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)/Simples Nacional - Ganho de capital na alienação de ativos - Pagamento do Imposto de Renda devido pelas empresas optantes pelo Simples Nacional incidente sobre ganhos de capital (lucros) obtidos na alienação de ativos em junho/2025 (art. 5º, § 6º, da Instrução Normativa SRF nº 608/2006) - Cód. Darf 0507.

- 31.07 - Operações com criptoativos - Prestação de informações relativas às operações realizadas em junho/2025 com criptoativos pela *exchange* de criptoativos domiciliada para fins tributários no Brasil e pela pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil quando (Instrução Normativa RFB nº 1.888/2019, arts. 6º, 7º e 8º): a) as operações forem realizadas em *exchange* domiciliada no exterior; ou b) as operações não forem realizadas em *exchange*.

#### Nota

A prestação de informações deve ser efetuada com a utilização do sistema Coleta Nacional, disponibilizado por meio do Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) no *site* da RFB.



## IOB Atualiza

### Bacen

#### Procedimentos para a remessa de informações diárias ao Bacen referentes aos saldos contábeis de natureza ativa e passiva e ao volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia - Alterações

A Instrução Normativa Desig nº 644/2025, DOU 1 de 24.07.2025, cujas disposições entrarão em vigor em 1º.09.2025, alterou a Instrução Normativa BCB nº 524/2024, que estabelece os procedimentos para a remessa de informações diárias ao Banco Central do Brasil (Bacen) referentes aos saldos contábeis de natureza ativa e passiva e ao volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, por meio do documento de código 4111 – Saldos Contábeis Diário, de que trata o art. 2º, incisos I e III, da Resolução BCB nº 208/2022.

(Instrução Normativa Desig nº 644/2025 – DOU 1 de 24.07.2025)

\* Para visualizar a íntegra do(s) ato(s) citado(s), acesse o conteúdo da Biblioteca Legislativa IOB pelo [link](#) disponível no Site do Assinante.

### Cofins/PIS-Pasep

#### Regimes tributário, cambial e administrativo das ZPE - Alterações - Medida Provisória nº 1.307/2025

A Medida Provisória nº 1.307/2025, DOU 1 de 21.07.2025, alterou alguns dispositivos da Lei nº 11.508/2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), conforme destacamos a seguir:

a) **redução a zero da Cofins e do PIS-Pasep na importação de serviços** – em face da nova redação dada ao art. 6º-G da Lei nº 11.508/2007, a redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins incidentes na importação ou na aquisição no mercado interno de serviços por empresa autorizada a operar em ZPE, prevista no art. 6º-D da mesma lei, passa a ser

aplicável também às empresas prestadoras de serviços vinculados à prestação de serviços ao mercado externo (anteriormente a redução das alíquotas da contribuição era aplicável somente em relação aos serviços vinculados à industrialização de mercadorias a serem exportadas);

b) **fruição dos benefícios do regime das ZPE por empresas prestadoras de serviços** – a nova redação dada ao inciso I do art. 21-A da Lei nº 11.508/2007 passa a permitir que as empresas prestadoras de serviços vinculados à industrialização das mercadorias a serem exportadas e as empresas prestadoras de serviços vinculados à prestação de serviços ao mercado externo, com vínculo contratual com empresa autorizada a operar em ZPE, sejam beneficiárias do regime (na redação anterior a permissão era aplicável apenas às empresas com vínculo contratual com empresa industrial).

(Medida Provisória nº 1.307/2025 – DOU 1 de 21.07.2025)

\* Para visualizar a íntegra do(s) ato(s) citado(s), acesse o conteúdo da Biblioteca Legislativa IOB pelo [link](#) disponível no Site do Assinante.

### IR

#### Acordo entre Brasil e Polônia para a eliminação da dupla tributação em relação aos tributos sobre a renda e a prevenção da evasão e da elisão fiscais - Aprovação

O Decreto Legislativo nº 186/2025, DOU 1 de 21.07.2025, aprovou o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia para a eliminação da dupla tributação em relação aos tributos sobre a renda e a prevenção da evasão e da elisão fiscais e o texto do seu Protocolo, assinados em Nova York em 20.09.2022.

(Decreto Legislativo nº 186/2025 – DOU 1 de 21.07.2025)

\* Para visualizar a íntegra do(s) ato(s) citado(s), acesse o conteúdo da Biblioteca Legislativa IOB pelo [link](#) disponível no Site do Assinante.

## Tributação dos rendimentos de aplicações financeiras - Alterações - Prorrogada a vigência da Medida Provisória nº 1.303/2025

O Ato CN nº 56/2025, DOU 1 de 21.07.2025, prorrogou, pelo período de 60 dias, a vigência da Medida Provisória nº 1.303/2025, que, entre outras providências, trouxe novas disposições sobre a tributação de aplicações financeiras e de ativos virtuais, cujos principais aspectos destacamos a seguir:

### I - Informação dos rendimentos de aplicações financeiras na Declaração de Ajuste Anual (DAA)

A pessoa física declarará, de forma separada dos demais rendimentos e ganhos de capital, na DAA do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) os seguintes rendimentos de aplicações financeiras no País:

- a) rendimentos sujeitos às regras gerais de tributação;
- b) ganhos líquidos em negociações nos mercados de bolsa e de balcão organizado;
- c) remuneração auferida pelo prestador de títulos e valores mobiliários no País e o reembolso de rendimentos; e
- d) rendimentos de aplicações em fundos de investimento no País regidos pelo Capítulo II da Lei nº 14.754/2023, com as alterações desta Medida Provisória.

### II - Tributação dos rendimentos de aplicações financeiras no País auferidos por pessoas físicas

A partir de 1º.01.2026, os rendimentos de aplicações financeiras ficarão sujeitos à incidência do IRPF, no ajuste anual, à alíquota de 17,5% sobre a parcela anual dos rendimentos, descontado o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) recolhido sobre esses rendimentos a título de antecipação.

Caso o valor do IRRF recolhido a título de antecipação sobre os rendimentos de aplicações financeiras seja superior ao valor final do IRPF apurado na DAA, haverá direito à restituição do imposto retido em excesso, hipótese em que serão aplicadas as regras gerais de restituição da DAA.

### III - Compensação das perdas das aplicações financeiras

As perdas nas aplicações financeiras, realizadas a partir de 1º.01.2026, desde que sejam devidamente comprovadas por documentação hábil e idônea emitida por pessoa jurídica supervisionada pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por bolsa de valores e de

mercadorias e futuros ou por entidade de liquidação e compensação, poderão ser compensadas com rendimentos de outras aplicações financeiras declaradas na mesma ficha da DAA, exceto nas hipóteses vedadas por lei.

Caso, no fim do ano-calendário, haja acúmulo de perdas não compensadas, essas perdas poderão ser compensadas em até 5 períodos de apuração posteriores.

As perdas realizadas até 31.12.2025 somente poderão ser compensadas de acordo com a legislação vigente à referida data.

### IV - Tributação dos ganhos líquidos nos mercados de bolsa e de balcão organizado

No caso das pessoas físicas residentes no País e das pessoas jurídicas isentas ou optantes pelo Simples Nacional, os ganhos líquidos auferidos, a partir de 1º.01.2026, em negociações de aplicações financeiras nos mercados de bolsa e de balcão organizado no País, estarão sujeitos à incidência do Imposto de Renda à alíquota de 17,5%. O imposto será apurado em períodos trimestrais, deverá ser pago até o 3º dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores e será considerado antecipação do imposto devido na DAA.

No caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, os ganhos líquidos nessas negociações devem integrar a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

### V - Tributação dos rendimentos auferidos em operações com ativos virtuais

No caso das pessoas físicas residentes no País e das pessoas jurídicas isentas ou optantes pelo Simples Nacional, os rendimentos, inclusive os ganhos líquidos, auferidos a partir de 1º.01.2026, em operações com ativo virtual, incluindo arranjo financeiro com ativo virtual que seja a representação digital de valor negociada ou transferida por meios eletrônicos, estarão sujeitos à incidência do Imposto de Renda à alíquota de 17,5%. O imposto será apurado em períodos trimestrais, deverá ser pago até o 3º dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores e será considerado definitivo.

No caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, os ganhos líquidos nessas negociações devem integrar a base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

### VI - Majoração da alíquota do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras no exterior

A partir de 1º.01.2026, os rendimentos do capital aplicado no exterior, nas modalidades de aplicações financeiras e de

lucros e dividendos de entidades controladas, passarão a ser tributados na DAA à alíquota de 17,5%.

(Ato CN nº 56/2025 - DOU 1 de 21.07.2025)

\* Para visualizar a íntegra do(s) ato(s) citado(s), acesse o conteúdo da Biblioteca Legislativa IOB pelo link disponível no Site do Assinante.

ITR

DITR do exercício de 2025 - Disciplina

A Instrução Normativa RFB nº 2.273/2025, DOU 1 de 21.07.2025, divulgou as normas para apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) do exercício de 2025.

A DITR/2025 deverá ser apresentada no período de 11.08 a 30.09.2025, por intermédio do Programa ITR/2025, disponível no site da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), <https://www.gov.br/receitafederal>.

Opcionalmente, a DITR pode ser apresentada por meio do programa de transmissão Receitanet, disponível no site ora indicado.

O serviço de recepção da DITR pela Internet será interrompido às 23h59min59s, horário de Brasília, do dia 30.09.2025.

O valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) poderá ser pago em até 4 quotas iguais, mensais e consecutivas, observado o seguinte:

- a) nenhuma quota pode ter valor inferior a R\$ 50,00;
- b) o imposto de valor inferior a R\$ 100,00 deve ser pago em quota única;
- c) a primeira quota ou a quota única deve ser paga até o dia 30.09.2025, último dia do prazo de apresentação da DITR; e
- d) as demais quotas devem ser pagas até o último dia útil de cada mês, acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir de outubro/2025 até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% no mês do pagamento.

A referida norma produzirá efeitos a partir de 1º.08.2025.

(Instrução Normativa RFB nº 2.273/2025 - DOU 1 de 21.07.2025)

\* Para visualizar a íntegra do(s) ato(s) citado(s), acesse o conteúdo da Biblioteca Legislativa IOB pelo link disponível no Site do Assinante.

Legislação Societária

Conselhos de administração de empresas públicas e sociedades de economia mista - Reserva de 30%, no mínimo, das vagas de membros titulares de seus conselhos de administração para mulheres - Disposições

A Lei nº 15.177/2025, DOU 1 de 24.07.2025, entre outras providências, estabeleceu que as sociedades empresárias relacionadas a seguir devem reservar para mulheres 30%, no mínimo, das vagas de membros titulares de seus conselhos de administração:

- a) empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e outras companhias em que a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- b) companhias abertas, facultada a sua adesão à reserva de vagas prevista na letra “a”.

Além disso, do quantitativo de vagas reservadas a mulheres, pelo menos 30% deverão ser preenchidos por mulheres negras ou com deficiência.

As citadas sociedades empresárias poderão preencher gradualmente os cargos para mulheres nos seus conselhos de administração, respeitados os seguintes percentuais mínimos:

- a) 10%, a partir da 1ª eleição para os cargos do conselho de administração ocorrida após 24.07.2025;
- b) 20%, a partir da 2ª eleição para os cargos do conselho de administração ocorrida após 24.07.2025; e
- c) 30%, a partir da 3ª eleição para os cargos do conselho de administração ocorrida após 24.07.2025.

A norma incluiu, ainda, o § 6º ao art. 133 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S/A), o qual dispõe que o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo deve incluir a política de equidade adotada pela companhia e deverá conter, entre outras informações relevantes:

- a) a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia;
- b) a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia;

- c) o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia;
- d) a evolução comparativa dos indicadores previstos nas letras “a” a “c” entre o exercício findo e o exercício imediatamente anterior.

(Lei nº 15.177/2025 - DOU 1 de 24.07.2025)

✳ Para visualizar a íntegra do(s) ato(s) citado(s), acesse o conteúdo da Biblioteca Legislativa IOB pelo *link* disponível no Site do Assinante.

Simples Nacional

Subvenções econômicas para custeio -  
Receita bruta - Esclarecimentos

A Solução de Consulta Cosit nº 117/2025, DOU 1 de 24.07.2025, esclareceu que as subvenções econômicas para custeio ou operação sem natureza contraprestacional não configuram receita bruta para fins do Simples Nacional.

(Solução de Consulta Cosit nº 117/2025 - DOU 1 de 24.07.2025)

✳ Para visualizar a íntegra do(s) ato(s) citado(s), acesse o conteúdo da Biblioteca Legislativa IOB pelo *link* disponível no Site do Assinante.

Expediente

IOB - Informações Objetivas

Publicações Jurídicas Ltda.

Presidente:

Jorge Santos Carneiro

Diretora de Marketing:

Adriana Maia

Diretora Editorial, Consultoria e Educação:

Milena Tayano

Gerente de Produção de Conteúdo:

Marcelo Brambila

Gerente de Produto IOB Boletim:

Cleber Busch

Conselho Técnico

Área Imposto de Renda/Contábil/Societária:

Daniel de Paula, David Soares, Elaine Duarte, Luiz Dalben e Valdir Amorim

Área ICMS/II:

Adeilde Antunes, Carlos Freitas, Cesar Lacerda, Fabiana Marastoni, Norberto Lednick, Renata Queiróz, Ricardo Santana e Roseli Aprício

Área Trabalhista/Previdenciária:

Clarice Saito, Mariza Machado, Sonia Aguiar, Glauco Marchezin e Ydileuse Martins

Equipe de Redação

Coordenadores da Redação:

Daniel de Paula, Norberto Lednick e Ydileuse Martins

Área Imposto de Renda/Contábil/Societária:

David Soares, Elaine Duarte,Luiz Dalben e Valdir Amorim

Área ICMS/II:

Adeilde Antunes, Andre Gregorio, Antônio Pimenta, Cesar Lacerda, Diego Silva, Fabiana Marastoni, Fernanda Feitosa, Joice dos Santos, José Mazzon, Juliane Lima, Paulo Lauriano, Paulo Caputo, Renata Queiroz, Ricardo Santana e Rosivani Coffani

Área Trabalhista/Previdenciária:

Clarice Saito, Mariza Machado, Glauco Marchezin e Sonia Aguiar

Coordenadores da Consultoria:

Carlos Freitas, Daniel de Paula, Roseli Aprício e Ydileuse Martins

Site do Assinante:

David Soares

Diagramação e Revisão

Diagramação e Revisão:

Dois Pontos Editoração

Telefones Úteis IOB

Atendimento ao Cliente:

0800-724 7900

Vendas:

0800-724 7777

Consultoria:

(11) 4004 8080

Consulte nosso site

www.iob.com.br.

Proibida a reprodução parcial ou total de qualquer matéria sem prévia autorização.

Registro na Vara dos Registros Públicos e no 1º Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo - Nome e Marca Registrados no INPI.